

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,  
Cumprindo determinações legal e estatutária, apresentamos as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.  
O Banco Semear encerra o 1º semestre de 2011 apresentando um resultado negativo de R\$ 14,354 milhões (resultado positivo de R\$ 4,025 milhões no 1º semestre de 2010), o que levou seu Patrimônio Líquido ao total de R\$ 67,726 milhões.  
Cumprir registrar que a edição das várias medidas macroprudenciais pelas autoridades reguladoras, bem como as já conhecidas alterações na forma de contabilização de

operações interbancárias que entrarão em vigor a partir de 2012, fizeram com o que a Administração do Banco Semear iniciasse uma antecipação de movimentos administrativos visando preparar a instituição para essa nova realidade. A otimização de alocação de capital e adequação da *core business*, respeitado o binômio segurança-rentabilidade, é o desafio que se impõe.  
De todo o modo, necessário ser esclarecido que, a par de todo este movimento interno iniciado, o resultado do semestre foi fortemente impactado pela decretação do regime especial de intervenção em instituição financeira da qual o Banco Semear havia adquirido carteira de créditos consignados no montante de R\$ 14,6 milhões em 2010.

De uma hora para outra o fluxo destes créditos que vinham sendo rigorosamente repassados em dia foi interrompido. Mais grave. Na dialética estabelecida com a administração do regime especial, vislumbrou-se uma situação de possibilidade de perda de valores significativos como consequência do fluxo interrompido. Fiel a seus princípios, no encerramento do semestre e diante do fato de não ter recebido nenhum recurso relativo às parcelas da carteira de crédito vencidas desde a decretação da intervenção, a Administração do Banco Semear decidiu constituir uma provisão complementar no elevado valor de R\$ 12,8 milhões, apta a suportar todo saldo da referida operação e como forma de trazer os números patrimoniais da instituição à

realidade do momento deste fechamento.  
Adicionalmente, e ainda sobre o desempenho do semestre findo, registra-se os números das carteiras de crédito e captação da Instituição. São eles, respectivamente: R\$ 437,460 milhões (R\$ 389,295 milhões no 1º semestre de 2010) e R\$ 459,523 milhões (R\$ 397,111 milhões no 1º semestre de 2010).  
Com estas palavras, encaminhamos aos acionistas o resultado deste trabalho, agradecendo o apoio sempre presente. A nossos colaboradores e, sobretudo, nossos clientes e parceiros, um agradecimento especial pela confiança e prestígio com que fomos distinguidos.

**A ADMINISTRAÇÃO**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO - (Em reais mil)**

ATIVO		2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
<b>Ativo Circulante</b>		<b>360.689</b>	<b>306.314</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>152.225</b>
Disponibilidades (nota 4)		1.360	357	Depósitos: (nota 12)	118.783
Aplicações interfinanceiras de liquidez: (nota 5)		17.324	28.691	• Depósitos a vista	6.658
• Aplicações no mercado aberto		14.498	27.251	• Depósitos interfinanceiros	8.768
• Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.826	1.440	• Depósitos a prazo	103.307
Títulos e valores mobiliários: (nota 6)		16.369	7.521	• Outros Depósitos	50
• Carteira própria		16.227	5.413	Relações Interfinanceiras	138
• Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 7)		142	2.108	Outras obrigações (nota 13)	33.304
Relações interfinanceiras		1.471	957	<b>Não Circulante</b>	<b>349.706</b>
Operações de crédito: (nota 8)		277.887	243.695	Depósitos: (nota 12)	340.740
• Setor privado		321.264	257.705	• Depósitos a prazo	340.740
• (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(43.377)	(14.010)	Outras obrigações (nota 13)	8.688
Outros créditos (nota 10)		30.979	14.175	Receitas antecipadas	278
Outros valores e bens (nota 11)		15.299	10.918	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>67.726</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>208.968</b>	<b>216.007</b>	Capital social - De domiciliado no país (nota 14)	49.432
Realizável a Longo Prazo		206.786	214.241	Reserva de lucros	18.294
Aplicações interfinanceiras de liquidez: (nota 5)		32.298	32.300	• Reserva legal	3.973
• Aplicações no mercado aberto		32.298	31.980	• Reserva de retenção de lucros	14.321
• Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	320		
Títulos e valores mobiliários: (nota 6)		27.593	21.887		
• Carteira própria		26.521	21.795		
• Vinculados à Prestação de Garantia		1.072	-		
• Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 7)		-	92		
Operações de crédito: (nota 8)		105.258	129.666		
• Setor privado		116.196	131.590		
• (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.938)	(1.924)		
Outros créditos (nota 10)		29.623	17.171		
Outros valores e bens (nota 11)		12.014	13.217		
<b>Permanente</b>		<b>2.182</b>	<b>1.766</b>		
Imobilizado de uso		749	768		
Intangível		1.433	998		
<b>Total do Ativo</b>		<b>569.657</b>	<b>522.321</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em reais mil)**

	Reserva de lucro		Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Realizado	Reserva Legal		
<b>Saldos em 31.12.2009</b>	<b>43.660</b>	<b>3.469</b>	<b>33.471</b>	<b>80.600</b>
Aumento de Capital	3.732	-	-	3.732
Outros eventos:	-	-	4.025	4.025
• Lucro do Exercício	-	-	4.025	4.025
Destinações:	-	201	(201)	-
Constituição de Reserva Legal	-	201	(201)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(2.000)	(2.000)
Constituição de Reserva de Lucros	-	-	1.824	(1.824)
<b>Saldos em 30.06.2010</b>	<b>47.392</b>	<b>3.670</b>	<b>35.295</b>	<b>86.357</b>
<b>Saldos em 31.12.2010</b>	<b>47.392</b>	<b>3.973</b>	<b>31.075</b>	<b>82.440</b>
Aumento de Capital	2.040	-	-	2.040
Outros eventos:	-	-	(14.354)	(14.354)
• Prejuízo do semestre	-	-	(14.354)	(14.354)
Destinações:	-	-	(2.400)	(2.400)
• Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(2.400)	(2.400)
• Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	(16.754)	16.754
<b>Saldos em 30.06.2011</b>	<b>49.432</b>	<b>3.973</b>	<b>14.321</b>	<b>67.726</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Instituição iniciou suas atividades em 2 de outubro de 1995, sendo posteriormente adquirida pelos acionistas do Grupo Seculus, cuja homologação da transferência do controle societário ocorreu em 1º de fevereiro de 2006.  
Está autorizada a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.  
Atua focada em produtos de crédito, ofertando para pessoas físicas especialmente, crédito direto ao consumidor (CDC), bem como, crédito consignado em folha de pagamento de entidades públicas e privadas, além de crédito pessoal. Para pessoas jurídicas, concentra-se nos segmentos de pequenas e médias empresas, operando nas modalidades de capital de giro, desconto de recebíveis e fiança bancária.  
Por sua vez, capta recursos através de títulos de renda fixa, notadamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Depósitos com Garantia Especial - FGC (DPGE), garantindo rentabilidade, segurança e liquidez, bem como através de operações estruturadas com instituições financeiras, mediante cessões de créditos financeiros.  
**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As informações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e do Conselho Monetário Nacional, no que for aplicável.  
A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, para fins de concentrar no fluxo operacional toda a atividade de intermediação financeira, as variações quanto às captações de recursos em depósitos foram transferidas da atividade de financiamento para a atividade operacional.  
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.  
Neste sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil, são:  
• Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de Ativos;  
• Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa;  
• Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre Partes relacionadas; e  
• Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.  
• Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente; e  
• Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações.  
Em 16 de agosto de 2011, a Diretoria Executiva da Instituição autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011 e o consequente envio ao Conselho de Administração para aprovação.  
**3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS**

**a. Receitas e despesas**  
As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.  
**b. Caixa e equivalentes de caixa**  
Conforme Resolução nº 3.604/2008 do Conselho Monetário Nacional, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.  
**c. Aplicações interfinanceiras**  
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos até a data do balanço.  
**d. Títulos e valores mobiliários**  
A Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, que alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:  
• Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, de forma que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração de resultado.  
• Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido "Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda" até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.  
• Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.  
**e. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**  
São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base pro rata die, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional.  
**f. Outros valores e bens - Despesas antecipadas**  
A apropriação das parcelas de despesas com comissão sobre operações de créditos está de acordo com a vigência dos respectivos contratos.  
**g. Imobilizado de Uso**  
É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%, e sistema de processamento de dados - 20%.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em reais mil)**

	2011	2010
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>	<b>72.311</b>	<b>52.650</b>
Operações de crédito (nota 15)	68.815	48.645
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 15)	3.306	2.947
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (notas 7 e 15)	190	1.058
<b>Despesas de Intermediação Financeira</b>	<b>(69.238)</b>	<b>(30.000)</b>
Operações de captação no mercado (nota 15)	(26.723)	(16.786)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 15)	(42.515)	(13.214)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>3.073</b>	<b>22.650</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(27.720)</b>	<b>(18.175)</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 16)	1.698	477
Rendas de tarifas bancárias (nota 16)	6.580	2.756
Despesas de pessoal (nota 16)	(2.411)	(1.311)
Outras despesas administrativas (nota 16)	(30.175)	(18.345)
Despesas tributárias (nota 16)	(1.262)	(716)
Outras receitas operacionais (nota 16)	4.968	5.541
Outras despesas operacionais (nota 16)	(7.118)	(6.577)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(24.647)</b>	<b>4.475</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>(340)</b>	<b>749</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>(24.987)</b>	<b>5.224</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro (nota 17)	(2.928)	(4.072)
Ativo fiscal diferido (notas 9 e 17)	13.719	2.993
Passivo fiscal diferido (nota 17)	(91)	(112)
	10.700	(1.191)
Participações estatutárias no lucro	(67)	(8)
<b>Prejuízo/Lucro Líquido dos semestres</b>	<b>(14.354)</b>	<b>4.025</b>
<b>Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - R\$ ..</b>	<b>(0,32)</b>	<b>0,09</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Conforme Resolução nº 3.566/2008 do Conselho Monetário Nacional, o saldo do Imobilizado está ajustado ao seu valor recuperável. A par da exigência de realização de estudos periódicos neste sentido, entende a Administração que não serão necessários ajustes aos valores apresentados.

**h. Intangível**  
Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto referem-se a bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642/2008 do Conselho Monetário Nacional. Está composto por direitos na aquisição de softwares, amortizados pelo prazo pertinente.  
**i. Ativos e Passivos Contingentes**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, bem como, aderente aos critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/2009, a saber:  
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.  
• Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

**j. Provisão para imposto de renda e contribuição social**  
É calculada com base no resultado contábil ajustado do período, sendo os efeitos do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social contabilizados como imposto de renda diferido no ativo.  
**k. Provisões de férias e décimo terceiro salário**  
As provisões de férias, acrescida do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como respectivos encargos, são contabilizadas segundo o regime de competência.  
**l. Outros passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**  
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base pro rata die, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**4. DISPONIBILIDADES**  
Sua composição pode ser assim sintetizada:

	30/6/2011	30/6/2010
Caixa	162	91
Reservas Livres	1.198	266
<b>Total</b>	<b>1.360</b>	<b>357</b>

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**  
O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:

	30/6/2011	30/6/2010
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b>		
Aplicações no Mercado Aberto:	46.796	59.231
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.496	29.232
Letras do Tesouro Nacional - LTN	17.300	29.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros:	2.826	1.760
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	2.826	1.760
<b>Total</b>	<b>49.622</b>	<b>60.991</b>
Circulante	17.324	28.691
Não circulante	32.298	32.300

	Letras Financeiras do tesouro	Letras do Tesouro Nacional	Certificados de Depósitos Bancários	Ações de Companhias Abertas	Totais
<b>Vencimentos:</b>					
Sem vencimentos	-	-	-	5.074	5.074
Até 3 meses	-	4.033	-	-	4.033
De 3 a 12 meses	7.120	-	-	-	7.120
De 1 a 3 anos	9.493	-	-	-	9.493
De 3 a 5 anos	6.522	10.506	-	-	17.028
Valor de Mercado/ Contábil	23.135	10.506	4.033	5.074	42.748
Valor de Aquisição Atualizado	23.135	10.506	4.033	5.074	42.748
<b>Total em 30/06/2011</b>	<b>23.135</b>	<b>10.506</b>	<b>4.033</b>	<b>5.074</b>	<b>42.748</b>
<b>Total em 30/06/2010</b>	<b>21.795</b>	<b>-</b>	<b>2.019</b>	<b>3.994</b>	<b>27.208</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em reais mil)**

(Elaborada pelo Método Indireto)

	2011	2010
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES</b>		
Prejuízo/Lucro líquido dos Semestres	(14.354)	4.025
Ajustes do resultado do semestre com recursos provenientes de atividade operacional:		
Depreciação e amortização	532	266
Provisão para devedores duvidosos	42.515	13.214
TVM - Ajuste positivo a valor de mercado s/ações	108	(52)
Provisão para créditos cedidos com coobrigações	29	(60)
Resultado com instrumentos derivativos	(39)	(1.058)
Provisão para baixa de recursos consignado convênio	39	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos	91	112
Provisão para passivos contingentes	1.139	-
Provisão para perdas em outros valores e bens	1.191	-
Provisão para créditos tributários	(13.719)	(2.993)
	17.532	13.454
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(10.410)	(14.406)
Títulos e valores mobiliários	(3.121)	(1.394)
Operações de crédito	(31.730)	(76.651)
Outros créditos	(4.812)	(1.974)
Outros valores e bens	(2.337)	(3.057)
Relações Interfinanceiras e interdependência	(176)	611
	(52.586)	(96.871)
Aumento (redução) nos passivos:		
Depósitos	58.270	85.862
Operações Compromissadas	-	(1.000)
Relações Interfinanceiras	135	136
Outras obrigações	(22.163)	(3.227)
Variação nas receitas antecipadas	(58)	(95)
	36.184	81.676
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.130</b>	<b>(1.741)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Alienação (aquisição) Imobilizado de uso	(22)	(84)
Alienação(aquisição) no Intangível	(169)	(320)
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(191)</b>	<b>(404)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Juros sobre o capital próprio creditados	(2.400)	(2.000)
Aumento de capital	2.040	3.732
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(360)</b>	<b>1.732</b>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	781	770
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	1.360	357
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes</b>	<b>579</b>	<b>(413)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nos termos da Resolução nº 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional, a Instituição mantém acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, firmado com Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cujas posi

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010 - (Valores expressos em milhares de reais)

A posição em títulos de renda variável está composta por ações que a Instituição detém junto a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e à Petróleas – Petróleo Brasileiro S.A., na condição de "Títulos disponíveis para negociação". Neste semestre, encontra-se registrado como parte integrante do "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" um ajuste negativo de R\$108 mil (ajuste positivo de R\$52 mil em 30/06/2010).

**7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS**  
As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram a divulgação em nota explicativa às demonstrações contábeis do valor de mercado dos Instrumentos Financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários são mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez e estão representados por Títulos Públicos Federais (87,10%), Certificados de Depósitos Bancários - CDBs (4,31%), Títulos de Renda Variável - Ações (5,42%), Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDs (3,02%), e, ainda, por operações de SWAP (0,15%).

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Instituição estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência destes, com o valor presente líquido

Descrição	30/06/2011		30/06/2010	
	Valor de Referência	Valor pela Curva	Valor de Referência	Valor pela Curva
Até 30 dias	1.457	1.355	-	-
De 31 a 60 dias	-	-	-	-
De 61 a 90 dias	-	-	-	-
De 91 a 180 dias	-	-	-	-
De 181 a 360 dias	570	530	-	-
Acima de 360 dias	-	-	-	-
	<u>2.027</u>	<u>1.885</u>		
		Circulante		142
		Não circulante		142

**8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

As operações de crédito se concentram em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e de acordo com as normas da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

a. Classificação por risco de crédito:

Níveis de Risco	30/06/2011		30/06/2010	
	Risco	Carteira	Carteira	Provisão
AA	-	29.507	-	-
A	0,5%	308.553	(1.542)	280.309 (1.402)
B	1%	44.002	(440)	30.353 (304)
C	3%	19.900	(597)	19.280 (578)
D	10%	12.417	(1.242)	9.051 (905)
E	30%	9.543	(2.863)	5.901 (1.770)
F	50%	9.923	(4.961)	6.063 (3.032)
G	70%	11.155	(7.809)	2.959 (2.071)
H	100%	21.967	(21.967)	5.872 (5.872)
Totais		<u>437.460</u>	<u>(41.421)</u>	<u>389.295</u> (15.934)
		Provisão Adicional		(i)
		(12.894)	-	(54.315)
Circulante		321.264	(43.377)	257.705 (14.010)
Não Circulante		116.196	(10.938)	131.590 (1.924)

i. Provisão adicional constituída para fazer face a eventual perda no recebimento de operações de crédito adquiridas do Banco Morada S.A., em intervenção, conforme divulgado na nota explicativa nº 20, I (Outras Informações)

A aquisição de créditos do Banco Morada S.A., conforme disposto na Resolução 2.682/1999 está, em razão do atraso, classificada no nível de risco "B", podendo ser assim sintetizada:

> Saldo dos créditos adquiridos do Banco Morada ..... 13.024 mil  
> Provisão conforme Resolução 2.682/1999 ..... (130) mil  
> Provisão adicional ..... (12.894) mil  
> Total provisão constituída ..... (13.024) mil  
A Instituição utiliza da permissibilidade admitida pelo parágrafo 2º do art. 4º da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicando às operações de crédito com prazo a decorrer superior a 36 meses, a contagem em dobro dos prazos referidos no inciso I do artigo retro mencionado, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco.

Registra-se adicionalmente que em 30 de junho de 2011, a Instituição possuía, conforme destacado na nota explicativa nº 10 (Outros Créditos), ativo com característica de concessão de crédito na rubrica contábil de "Devedores por Compra de Valores e Bens" no montante de R\$452 mil (R\$61 mil em 30/06/2010), cuja provisão, constituída de acordo com a Resolução 2.682/1999, apresenta o montante de R\$2 mil.

**b. Classificação por atividade econômica:**

Atividade Econômica	30/06/2011		30/06/2010	
	Carteira	%	Carteira	%
Intermediários Financeiros	22.961	5%	46.535	12%
Indústria	10.792	2%	3.324	1%
Comércio	3.295	2%	12.871	3%
Serviços	115.751	26%	121.007	31%
Pessoa Física	284.661	65%	205.558	53%
Totais	<u>437.460</u>	<u>100%</u>	<u>389.295</u>	<u>100%</u>

**c. Classificação por produto:**

Produtos	30/06/2011		30/06/2010	
	Carteira	%	Carteira	%
Capital de Giro	130.182	30%	125.608	32%
Conta Garantida	4.802	1%	3.070	1%
Títulos	-	-	1.800	1%
Descontos	-	-	187.642	48%
Crédito Pessoal	183.599	42%	-	-
Crédito Direto ao Consumidor	118.877	27%	71.175	18%
Totais	<u>437.460</u>	<u>100%</u>	<u>389.295</u>	<u>100%</u>

**d. Classificação por prazo:**

Prazos de vencimento	30/06/2011		30/06/2010	
	Carteira	%	Carteira	%
Vencidas	58.242	13%	22.536	6%
A vencer até 30 dias	36.472	8%	46.679	12%
A vencer de 31 a 60 dias	56.794	13%	43.625	11%
A vencer de 61 a 90 dias	30.445	7%	23.296	6%
A vencer de 91 a 180 dias	74.426	17%	58.931	15%
A vencer de 181 a 360 dias	64.885	15%	62.638	16%
A vencer após 360 dias	116.196	27%	131.590	34%
Totais	<u>437.460</u>	<u>100%</u>	<u>389.295</u>	<u>100%</u>

**e. Cessões de crédito:**  
O Banco Semear, de acordo com a Resolução nº 3.895/2010, do Conselho Monetário Nacional, que tornou facultativa e adiou o prazo para a adoção pelas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil até 1º de janeiro de 2012, quando a adoção dos procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros de

ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

a. Derivativos:  
O Banco Semear realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de Swap de taxas (Prefixado x CDI), que tem o objetivo de atenuar o risco de descasamento de taxas de parte do fluxo de caixa originado por operações de cessão de créditos com coobrigação realizadas com instituições financeiras não ligadas. Tais operações encontram-se registradas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sem margem de garantia.  
O resultado com instrumentos financeiros derivativos é parte integrante das Receitas de Intermediação Financeira e pode ser sumarizado na forma seguinte:

Operações com Derivativos	30/06/2011	30/06/2010
- Mercado Futuro - Índice Bovespa	88	-
- Mercado Opções - Ações	62	-
- SWAP - CDI x Pré	40	1.058
Total	<u>190</u>	<u>1.058</u>

Por sua vez, os valores dos instrumentos financeiros derivativos, por faixa de vencimentos dos contratos de Swap, podem ser assim distribuídos:

Descrição	30/06/2011		30/06/2010	
	Valor de Referência	Valor pela Curva	Valor de Referência	Valor pela Curva
Ganhos não realizados	102	268	14	14
	-	5.157	4.804	353
	-	544	260	284
	-	14.422	13.779	643
	40	11.928	11.114	814
	-	1.790	1.698	92
	<u>142</u>	<u>34.123</u>	<u>31.923</u>	<u>2.200</u>
		Circulante		2.108
		Não circulante		92

que trata a Resolução nº 3.533/2008, do Conselho Monetário Nacional, será obrigatória, optou por manter, para fins de comparabilidade, os procedimentos de contabilização das suas operações de cessão de crédito realizadas com outras instituições financeiras de acordo com a Circular nº 3.213/2003 do Banco Central do Brasil, adotadas uniformemente até 30 de junho de 2011.

**e.1. Com instituições financeiras:**

Neste semestre, foram realizadas cessões de créditos, com coobrigação, com instituições financeiras não ligadas, integrantes do SFN, no montante de R\$70.074 mil (R\$45.746 mil em 30/06/2010). Foram apurados lucros nas referidas operações no montante de R\$14.630 mil (R\$9.843 mil em 30/06/2010), os quais são parte integrante do Resultado de Operações de Crédito. Os contratos objeto das cessões realizadas referem-se a créditos diretos ao consumidor - CDC.

A composição das cessões de créditos pode ser sumarizada da forma seguinte:

CESSÕES DE CRÉDITO:	Valor da Cessão		Valor Presente		Resultado
	Presente	Futuro	Presente	Futuro	
INSTIT. FINANC. INTEGRANTES DO SFN - NÃO LIGADAS	70.074	55.444	14.630	14.630	14.630
Total em 30/06/2011	<u>70.074</u>	<u>55.444</u>	<u>14.630</u>	<u>14.630</u>	<u>14.630</u>
Total em 30/06/2010	<u>45.746</u>	<u>35.903</u>	<u>9.843</u>	<u>9.843</u>	<u>9.843</u>

Em 30 de junho de 2011, o saldo dos contratos cedidos com coobrigação está representado pelo montante de R\$142.822 mil (R\$166.717 mil em 30/06/2010), sendo que encontra-se constituído o saldo de R\$14.400 mil (R\$833 mil em 30/06/2010) destinado ao provisionamento complementar para riscos de perda nas operações de crédito cedidas com coobrigação, em conformidade a critérios internos e definições da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, conforme divulgado na nota explicativa nº 13 (Outras Obrigações) sob a rubrica de "Provisão para passivos contingentes".

**e.2. Com instituições não financeiras:**

Neste semestre, também foram realizadas cessões de créditos, sem coobrigação, com empresa ligada e não integrante do SFN (Serra da Moeda Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.), de acordo com os seus respectivos registros contábeis no montante de R\$200 mil (R\$111 mil em 30/06/2010), sendo apurado um prejuízo na operação de R\$12.131 mil (R\$12.725 mil em 30/06/2010), o qual é parte integrante do Resultado de Operações de Crédito. Os contratos objeto da cessão de crédito referida referem-se a créditos diretos ao consumidor (CDC) e por empréstimos pessoais (EP), substancialmente classificados nos níveis de risco "H".

A composição das mencionadas cessões de créditos pode ser assim sumarizada:

CESSÕES DE CRÉDITO: (sem coobrigação)	Valor da Cessão		Valor Presente		Resultado
	Presente	Futuro	Presente	Futuro	
EMPRESA LIGADA NÃO INTEGRANTES DO SFN - Sem Coobrigação - CDC/EP - Risco "H"	200	12.331	(12.131)	(12.131)	(12.131)
Total em 30/06/2011	<u>200</u>	<u>12.331</u>	<u>(12.131)</u>	<u>(12.131)</u>	<u>(12.131)</u>
Total em 30/06/2010	<u>111</u>	<u>12.836</u>	<u>(12.725)</u>	<u>(12.725)</u>	<u>(12.725)</u>

**f. Outras informações de operações de crédito:**

No curso do semestre findo em 30 de junho de 2011, foi baixado para prejuízo o valor de R\$16.909 mil (R\$11.461 mil em 30/06/2010) e recuperados R\$2.593 mil (R\$1.434 mil em 30/06/2010). As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário - CCB, caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas restringem-se basicamente a garantias fiduciárias. Conforme divulgado na nota explicativa nº 12 (Depósitos), parte da carteira de operações de crédito consignado, no montante de R\$31.449 mil (valor presente R\$21.993 mil), está garantido, mediante Instrumento de Cessão Fiduciária em Garantia, captação de recursos nas modalidades de Depósitos a Prazo.

**9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Desde 2006, a Administração reconhece créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social, cujos montantes encontram-se devidamente registrados na escrituração fiscal da Instituição.

Resalta-se que os mencionados créditos tributários foram reconhecidos conforme Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, com as modificações introduzidas pela Resolução nº 3.355, de 30 de setembro de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, e encontram-se registrados na rubrica Outros Créditos, conforme nota explicativa nº 10 (Outros Créditos), podendo ser demonstrados sinteticamente na forma seguinte:

Ítems base do diferimento	30/06/2011		30/06/2010	
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de Créditos Tributários	Saldo de Créditos Tributários
Diferenças Temporárias:				
Provisão para crédito liquidação duvidosa	64.230	64.230	-	-
Provisão para créditos baixados - C/C convênios	1.334	1.334	-	-
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	14.400	14.400	-	-
Provisão para contingências Banco Morada	12.894	12.894	-	-
Provisão para ações civis trabalhistas	1.080	1.080	-	-
Provisão p/perdas devedores por compra de valores e bens	59	59	-	-
Reversão provisão p/ desvalorização - outros vlr.s. e bens	1.191	1.191	-	-
Provisão para PIS em processo judicial	2.966	-	-	-
Base de cálculo	98.156	95.190	-	-
Alíquota	25%	15%	-	-
Crédito tributário diferido atual	<u>24.539</u>	<u>14.278</u>	<u>38.817</u>	<u>38.817</u>
Constituição acumulada	49.556	24.908	74.464	74.464
Realização acumulada (25.017)	(25.017)	(10.630)	(35.647)	(35.647)
Ajuste no semestre	8.619	5.100	13.719	13.719
Constituição	12.614	7.497	20.111	20.111
Realização	(3.995)	(2.397)	(6.392)	(6.392)
Ajuste em 30/06/2011	8.619	5.100	13.719	13.719
Total em 30/06/2011	<u>24.539</u>	<u>14.278</u>	<u>38.817</u>	<u>38.817</u>
Circulante			<u>21.467</u>	<u>21.467</u>
Não circulante			<u>17.350</u>	<u>17.350</u>

Ítems base do diferimento	30/06/2011		30/06/2010	
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de Créditos Tributários	Saldo de Créditos Tributários
Diferenças Temporárias:				
Provisão para crédito liquidação duvidosa	31.221	31.221	-	-
Provisão para créditos baixados - C/C convênios	369	369	-	-
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	833	833	-	-
Provisão para PIS em processo judicial	1.953	1.953	-	-
Base de cálculo	34.376	34.376	-	-
Alíquota	25%	15%	-	-
Crédito tributário diferido atual	<u>8.582</u>	<u>5.157</u>	<u>13.739</u>	<u>13.739</u>
Constituição acumulada	26.393	11.133	37.526	37.526
Realização acumulada (17.811)	(17.811)	(5.976)	(23.787)	(23.787)
Ajuste no semestre	1.875	1.118	2.993	2.993
Constituição	4.083	2.443	6.526	6.526
Reversão	(2.208)	(1.325)	(3.533)	(3.533)
Total em 30/06/2010	<u>8.582</u>	<u>5.157</u>	<u>13.739</u>	<u>13.739</u>
Total de ajuste 30/06/2010	<u>1.875</u>	<u>1.118</u>	<u>2.993</u>	<u>2.993</u>
Total geral em 30/06/2010	<u>8.582</u>	<u>5.157</u>	<u>13.739</u>	<u>13.739</u>
Curto Prazo			<u>5.940</u>	<u>5.940</u>
Longo Prazo			<u>7.799</u>	<u>7.799</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está prevista para um horizonte de tempo de longo prazo, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pela Instituição e amparada em Orçamento Contábil preparado para o triênio de 2010/2012.

Realização do Crédito Tributário	30/06/2011		30/06/2010	
	Imposto de Renda Social	Contribuição Social	Imposto de Renda Social	Contribuição Social
1º Ano	13.417	8.050	3.710	2.230
2º Ano	359	215	108	65
3º Ano	6.347	3.808	4.195	2.522
4º Ano	392	236	19	10
5º Ano	4.024	1.969	5.020	330
Totais	<u>24.539</u>	<u>14.278</u>	<u>8.582</u>	<u>5.157</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes - CDI de 12,61% a.a. - está descontado de R\$6.516 mil, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$32.301 mil em 30 de junho de 2011 (R\$11.469 mil em 30/06/2010).

**10. OUTROS CRÉDITOS**

O saldo do grupamento "Outros Créditos", no Ativo Circulante e no Ativo não circulante, está composto por:

Ativo Circulante	30/06/2011		30/06/2010	
	Rendas a receber	Operações com ativos financ. e mercadorias a liquidar		

A rubrica de "Fiscais e Previdenciárias" pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

Fiscais e previdenciárias - Passivo Circulante	30/06/2011	30/06/2010
Imp. e contribuições sobre lucros-base corrente	2.767	4.072
Impostos e contribuições a recolher	849	573
	3.616	4.645

Fiscais e previdenciárias - Passivo Não Circulante (Exigível a Longo Prazo)

30/06/2011	30/06/2010	
Provisão para impostos e contribuições diferidos	2.484	1.345
Provisão para riscos fiscais (a)	3.100	2.087
	5.584	3.432
	9.200	8.077

a) Em 06 de julho de 2010, a Instituição foi notificada pela Receita Federal do Brasil acerca do Auto de Infração da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, correspondente ao período de janeiro de 2006 a dezembro de 2009. Entretanto, referido Auto de Infração foi temporariamente impugnado no dia 04 de agosto de 2010, em face de estar evadido por nulidade, diante da sentença transitada em julgado exatamente nos termos pedidos pela Instituição no Mandado de Segurança - processo nº. 1999.38.00.009554-7.

Referido processo administrativo, registrado sob o nº. 15504.011564/2010-54, foi julgado pela 1ª Turma da DR/BIHE na Sessão do dia 18/10/2010 sob o Acórdão 29041/10, cuja decisão julgou procedente em parte o lançamento do Auto de Infração, tendo sido a instituição intimada em 21/03/2011. Da referida decisão, por sua vez, o Banco Semear S.A. interpôs, temporariamente, recurso junto ao CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, situação a qual, encontra-se atualmente aguardando julgamento. Importante considerar que a Instituição adota critérios conservadores quanto às estimativas e avaliações de contingências fiscais e, com base em informações de seus assessores jurídicos, de forma que considera remotos os riscos de eventuais perdas com o referido Auto de Infração, mantendo acompanhamento constante de sua defesa. Na composição da rubrica de "Provisão para Passivos Contingentes", está contido o provisionamento complementar de operações de crédito cedidas com coobrigação, cuja constituição está de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN 2.682/1999, donde a classificação de risco de crédito considera a operação de crédito independentemente de sua situação, qual seja, carteira ativa e/ou carteira cedida. Neste semestre, encontra-se registrado como parte integrante de "Outras Despesas Operacionais" um ajuste da mencionada provisão no montante de R\$29 mil (R\$46 mil em 30/06/2010).

Níveis de Risco	%	30/06/2011	30/06/2010
A	0,5%	111.628	(559)
B	1%	6.987	(70)
C	3%	3.619	(109)
D	10%	4.695	(470)
E	30%	1.654	(496)
F	50%	1.812	(905)
G	70%	2.121	(1.485)
H	100%	10.306	(10.306)
Totais (a)		142.822	(14.400)
Circulante		(14.088)	(494)
Não circulante		(312)	(339)

Adicionalmente, também compõe a rubrica de "Provisão para Passivos Contingentes", o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, donde a Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos, cuja composição pode ser sumariada na forma seguinte:

Contingências Judiciais	Depósitos Judiciais	Ativo Reembolsável (a)	Provisões para Contingências
Contingências Trabalhistas	24	1.575	1.634
Contingências Cíveis	17	-	1.080
Totais - Não Circulante	41	1.575	2.714

Nota(a) vide Explicativa 10 - Outros Créditos  
Em 30 de junho de 2011, as contingências avaliadas, de natureza trabalhista e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R\$ 145 mil.

A composição da rubrica de "Credores Diversos - País" pode ser sumariada na forma seguinte:

Credores Diversos País - Passivo Circulante	30/06/2011	30/06/2010
Cobrança a liquidar	204	312
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	3.299	15.410
Recebimento de prêmios de seguros	473	246
a repassar - para o FGC	336	254
Contratos de operações de crédito a liberar	1.741	897
Créditos a baixar de operações de crédito	3.005	1.754
Fornecedores diversos	401	468
Conta gráfica - alienação ações	4.860	4.966
Emblema (a)	466	353
Créditos a devolver de descontos consignados	95	23
Outros credores diversos	14.880	24.683
Totais	29.595	49.849
Circulante	14.958	27.326

O saldo da conta gráfica decorre de evento superveniente ao Instrumento de Alienação das ações do Banco Emblema (anterior denominação do Banco Semear S.A.), originado em face de Acordo Judicial firmado no âmbito do processo nº. 024.00.020.098-0 junto à 26ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. Referido saldo será objeto de acerto financeiro a crédito dos acionistas compradores, devidamente instrumentalizado pelos acionistas vendedores, tão logo, concluída a alienação de imóvel permutado com imóvel recebido em dação em pagamento nos termos do Acordo Judicial, retro mencionado, cujo valor encontra-se registrado, parte no grupamento contábil do Ativo Circulante de "Devedores por Compra de Valores e Bens" no montante de R\$ 300 mil, e outra parte no grupamento contábil do Ativo Circulante de "Bens Não de Uso Próprio" no montante de R\$ 800 mil.

deliberação futura pela Assembléia Geral de Acionistas.  
c. **Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 3.490/07 (Novo Acordo de Capital - Basileia II)**  
Amparadas nos desdobramentos do Novo Acordo de Capital (Basileia II), proposto pelo Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária, foram editadas pelo Conselho Monetário Nacional as Resoluções nº 3.380/2006 e nº 3.464/2007, que, respectivamente, tratam das estruturas de gerenciamento de risco operacional e de mercado. Posteriormente, o Banco Central do Brasil editou as Circulares nº 3.360 a nº 3.368, nº 3.383 e nº 3.389, todas de 2008, definindo as metodologias de apuração das parcelas de capital para a cobertura dos Riscos de Crédito, Mercado e Operacional. Para a compatibilização desses requerimentos, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 3.444/2007, que define o Patrimônio de Referência (PR), e a Resolução nº 3.490/2007, que dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II), vigente desde 1º de julho de 2008.

Descrição	2011	2010
Patrimônio Líquido Ajustado	82.079	82.332
(+/-) Resultado do semestre	(14.354)	4.025
(-) Redução dos Ativos Diferidos	(1.429)	(941)
(=) Patrimônio de Referência Nível I	66.296	85.416
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
Patrimônio de Referência Total (Nível I + Nível II) (a)	66.296	85.416
Alocação de Capital (por risco) - Resolução nº 3.490/2007 (a partir de 01/07/2008)		
Risco de Crédito (Pepr)	57.134	55.595
Risco de Mercado	354	1
Risco Operacional (Popr)	3.931	7.554
Risco Ações (Pacs)	803	560
Patrimônio de Referência Exigido (b)	62.222	63.710
Margem (a - b)	4.074	21.706
% de adequação do referencial exigido (a/b)	107%	134%
Capital direcionado para operação da carteira de Banking - RBAN (c)	444	748
Margem Final (a - b - c)	3.630	20.959
Índice de Basileia	11,72%	14,75%
Índice de Basileia Amplo (com RBAN)	11,64%	14,58%

Neste semestre, o coeficiente de adequação ao Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II) é de 11,64% (14,58% em 30/06/2010) enquanto o mínimo requerido é de 11%. Em relação à exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento, a Instituição encontra-se de acordo com os limites determinados pela Resolução nº 2.099/1994.

Recursos de Intermediação Financeira	30/06/2011	30/06/2010
Operações de crédito:	68.815	48.645
Rendas de empréstimos:	45.115	34.973
Capital de giro	14.024	11.736
Conta garantida	548	1
Crédito pessoal	30.543	23.236
Rendas de títulos descontados	50	79
Rendas de financiamentos:	25.451	14.943
Crédito Direto ao Consumidor - CDC	25.279	14.817
Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção - CDCI	172	126
Recuperação de créditos	2.593	1.434
Resultado da cessão de créditos	2.499	(2.882)
(-) Reversão de cessão de créditos	(6.893)	98
Resultado de operações com tit. e val. mobiliários:	3.306	2.947
De aplicações interfinanceiras de liquidez	1.522	1.886
De títulos e valores mobiliários:	1.682	1.061
Rendas de títulos de renda fixa	1.644	953
Rendas de títulos de variável	143	54
Ajuste positivo com títulos de renda fixa	3	2
Ajuste (negativo)/positivo com títulos de renda variável	(108)	52
Rendas de aplic. em fundos de investimentos	102	-
Resultado com instr. financeiros derivativos:	190	1.058
De operações SWAP	40	1.058
De operações mercado futuro	88	-
De operações opções - ações	62	-
Total	72.311	52.650

17. **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO**  
A conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado dos semestres podem ser sinteticamente demonstradas na forma seguinte:

Lucro (prejuízo) antes da tributação sobre o lucro e participações estatutárias	30/6/2011	30/6/2010
Juros sobre o capital próprio	(24.988)	(24.988)
Participações empregados	(2.400)	(2.400)
Adições (exclusões) permanentes	(67)	(67)
Difer. temporárias diferidas (a)	(3)	(3)
Difer. temporárias diferidas (b)	34.476	34.004
Base de cálculo tributável	108	108
Alíquota base	7.126	6.654
Alíquota adicional	(1.069)	(998)
Incentivos fiscais	(701)	(1.008)
Diferença provisão exercício/2010	2	(61)
Totais - valores correntes	(1.869)	(1.059)
Base de cálculo tributável (b)	108	108
(+/-) Ajustes à Base de cálculo	120	120
Passivo fiscal diferido (b)	(57)	(34)
Despesas (Reversão) Fiscais diferidas	(91)	(37)
Base de cálculo tributável (a)	34.476	34.004
(+/-) Ajustes à Base de cálculo	8.619	5.100
Ativo fiscal diferido (a)	13.719	1.875
Receitas Fiscais diferidas	6.694	2.993
Efeito líquido	10.700	(1.191)

(a) Ver nota explicativa nº 9 - Créditos Tributários. (b) Ver nota explicativa nº 13 - Outras Obrigações.

Despesas da Intermediação Financeira	30/06/2011	30/06/2010
Operações de captação no mercado:	(26.723)	(16.786)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(526)	(1.021)
Despesas de depósitos a prazo	(25.207)	(15.099)
Despesas de outros compromissadas	(36)	(8)
Outras despesas de captação (FGC)	(954)	(658)
Provisão para créditos liq. Duvidosos:	(42.515)	(13.214)
Reversão prov. para créditos liquidação duvidosa	5.070	1.836
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(47.585)	(15.050)
Total	(69.238)	(30.000)

16. **RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**  
A composição das receitas e despesas operacionais nos semestres apresentam as seguintes segregações:

Recursos (Despesas) Operacionais	30/06/2011	30/06/2010
Receitas de prestação de serviços:	1.698	477
Rendas de comissão de colocação de títulos	-	202
Rendas de comissão de agenc.de seguros	1.497	-
Rendas de garantias prestadas	199	202
Outras rendas de serviços prestados	2	73
Rendas de tarifas bancárias:	6.580	2.756
Receitas de confecção de cadastro - PF	6.360	2.601
Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF	55	27
Receitas de confecção de cadastro - PJ	145	84
Receitas de transferência de recursos - PJ	18	21
Receitas de operações de crédito e outras rendas - PJ	2	23
Despesas de pessoal:	(2.411)	(1.311)
Benefícios	(261)	(219)
Encargos sociais	(277)	(227)
Proventos	(1.824)	(786)
Despesas de honorários de Diretoria	(49)	(79)
Outras despesas administrativas:	(30.175)	(18.345)
Comissões sobre operações de crédito	(18.808)	(11.856)
Despesas de marketing e publicações	(135)	(134)
Despesas de processamento de dados	(1.343)	(1.108)
Despesas de seguros	(84)	(69)
Despesas de serviços do SFN	(2.122)	(1.279)
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.126)	(1.115)
Despesas de outros serviços de terceiros	(2.064)	(73)
Demais despesas administrativas	(3.493)	(2.711)
Despesas tributárias:	(1.262)	(716)
Tributos federais	(826)	(548)
PIS	(472)	(368)
COFINS	(331)	(163)
IOF bancado	(23)	(17)
Tributos estaduais	(14)	(3)
Tributos municipais:	(422)	(165)
ISS	(407)	(152)
Outros tributos municipais	(15)	(13)
Outras receitas operacionais:	4.968	5.541
Recuperação de encargos e despesas. Reversão de provisões operacionais	309	1.891
Outras rendas operacionais:	4.592	3.200
Comissão de permanência no receb. de créditos	3.724	2.566
Multas no recebimento de créditos em atraso	728	523
Receita de repasse	0	1
Variações monetárias ativas	140	110
Outras despesas operacionais:	(7.119)	(6.577)
Descontos concedidos no recebimento de créditos	(5.395)	(6.133)
Prejuízo renegociação	(78)	(7)
Provisão para opers de cred.cedidos e coobrigação	(29)	(46)
Provisão para perda cred.baixados-C/C	(41)	(369)
Convenções	(1.080)	0
Provisão sações cíveis	(59)	0
Outras despesas operacionais	(437)	(22)
Total	(27.721)	(18.175)

18. **TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Em 30 de junho 2011	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Receitas (despesas) do semestre
SNV - Serviços e Negócios de Varejo Ltda.(a)	2.016	-	(6.408)
Serra da Moeda	-	-	-
Securizadora de Créditos(b)	434	-	(12.131)
Empresas e pessoas físicas - Grupo Seculus( c)	1.378	107.613	(4.825)
Total operacionais - empresas e pes.físicas ligadas	3.828	107.613	(23.364)
Empresas e pessoas físicas não ligadas	2.830	336.434	6.658
Circulante	6.658	103.307	-
Não circulante	-	340.740	-

Em 30 de junho 2010	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Receitas (despesas) do semestre
SNV - Serviços e Negócios de Varejo Ltda.(a)	1.613	-	(2.789)
Serra da Moeda	-	-	-
Securizadora de Créditos(b)	118	-	(12.725)
Seculus Tecnologia S.A. (Prime Systems)	-	-	(229)
Empresas e pessoas físicas - Grupo Seculus( c)	6.050	68.411	(3.286)
Total operacionais - empresas e pes.físicas ligadas	7.781	68.411	(19.029)
Empresas e pessoas físicas não ligadas	4.702	292.825	12.483
Circulante	12.483	361.236	-
Não circulante	-	264.212	-

a) Total de R\$6.408 mil (R\$2.789 mil em 30/06/2010) proveniente da realização no semestre de despesas antecipadas decorrentes da remuneração de serviços de agenciamento e intermediação de operações de crédito prestados pela SNV- Serviços e Negócios de Varejo; b) Total de R\$12.131 mil (R\$12.725 mil em 30/06/2010) proveniente de prejuízo apurado em cessões de créditos realizadas no semestre com a Serra da Moeda Cia.Securizadora de Créditos Financeiros S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº. 8 (Operações de Créditos), letra "e"; c) Total de R\$4.825 mil (R\$3.286 mil em 30/06/2010) proveniente de custos no semestre com remuneração de depósitos a prazo mantidos por pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Seculus.

19. **COBERTURA DE SEGUROS**  
A Administração entende que a cobertura de seguros, em 30 de junho 2011, é suficiente para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado. As premissas de riscos adotadas, dado a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

20. **OUTRAS INFORMAÇÕES**  
I. Em 28 de abril de 2011, o Banco Central do Brasil, através do Ato-Prezi 1.185, decretou a intervenção do Banco Morada S.A. Em 30 de junho de 2011, o Banco Semear S.A. possuía operações de aquisição e cessão de créditos com coobrigação com a mencionada Instituição, sendo que, os saldos e vencimentos das referidas operações, podem ser assim sumariados:

Vencimentos	Valores a Receber	Valores a Pagar
Até 30 dias	490	337
De 31 a 60 dias	192	285
De 61 a 90 dias	335	185
De 91 a 180 dias	983	222
De 181 a 360 dias	1.836	41
Acima de 360 dias	8.649	-
	13.024	2.127
Circulante	4.375	1.057
Não Circulante	8.649	-
Compensação	-	1.070

Neste sentido, a Instituição vem monitorando o curso do processo de intervenção, sendo que, preventivamente, constituiu provisão integral dos créditos adquiridos para suportar eventual perda no recebimento dos referidos créditos, conforme demonstrado na nota explicativa nº. 8 - Operações de Crédito. II. Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco Semear constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução nº 3.849, de 25 de março de 2010, do Conselho Monetário Nacional. Sua atuação consiste num canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados. III. Em conformidade com a Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Semear S.A. mantém sistema informatizado específico para o gerenciamento de risco operacional, de forma a garantir a adequação da estrutura de gerenciamento de risco operacional aderente às melhores práticas de mercado e compatível aos produtos e processos da Instituição. O relatório de implantação de gerenciamento de risco operacional encontra-se na sede da Instituição à disposição dos interessados, sendo que o relatório do ano de 2010 encontra-se à disposição dos interessados e publicado no sítio de Internet da Instituição, no seguinte link: <https://www.bancosemear.com.br/Banco/Paginas/GestaoRiscos.aspx>.

IV. Por sua vez, o Banco Semear constituiu estrutura para o gerenciamento de Risco de Mercado em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional, buscando desenvolver as melhores práticas de mercado no gerenciamento deste risco, apoiando-se em modelos difundidos internacionalmente e nas recomendações do Banco Central do Brasil e do Comitê de Basileia. Neste sentido, a Instituição também promoveu um upgrade de seu sistema informatizado de forma a garantir o adequado atendimento dos desdobramentos requeridos pelo normativo mencionado. O relatório do ano de 2010 encontra-se à disposição dos interessados e publicado no sítio de Internet da Instituição, no seguinte link: [https://www.bancosemear](https://www.bancosemear.com.br/Banco/Paginas/GestaoRiscos.aspx)